

Reflexões sobre o Espaço urbano da Cidade de Maringá – Paraná

Prof. Dr. Carlos Alberto Mororó Silva ¹
Prof. Dr. Carlos Loch ²

¹ UEM – Depto. De Fundamentos da Educação
87.020-900 Maringá Pr
camsilva@uem.br

² UFSC - Depto de Engenharia Civil
88.040-900 Florianópolis Sc
loch@ecv.ufsc.br

RESUMO : A cidade de Maringá desde a sua fundação em 10 de maio de 1947, vem sendo projetada por seus Gestores como modelo de modernidade e desenvolvimento, respaldada por seu projeto urbano de cidade-jardim, pela arrojada arquitetura de suas edificações, pela arborização de suas vias pública. Pode-se afirmar, então, que nos 61 anos de cidade, a paisagem natural de Maringá transformou-se radicalmente, mas a cidade mantém seu discurso de modernidade. Mantém, também, a segregação espacial de suas classes, tal como preconizava seu projeto inicial, mas com aprofundamento dos problemas sociais.

Palavras-chave: Cidade; cidade-jardim; urbano

ABSTRACT : Since its foundation in May 10th, 1947, Maringá City has being developed by its managers as a model of modernity and development, assured by its urban project of garden-city, by the audacious architecture of its buildings, by its arborous public ways. . It is possible to affirm that in the 61 years of existence of the city, the natural landscape of Maringá has radically changed, but the city maintains its modernity argument. It also maintains the space segregation of its classes such as it has been preconized in its initial project, but with social problems deepening.

Key words : City; garden-city; urban

INTRODUÇÃO

Este texto tem origem em uma pesquisa de tese, defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Loch. Neste caso, optou-se por analisar o espaço urbano da cidade de Maringá - Paraná.

As conceituações de cidade presente na literatura são inúmeras, sinalizam as definições, significados desta obra humana. Desde o olhar à *República* de Platão, a *pólis* de Aristóteles aos olhares contemporâneos dos urbanistas e estudiosos da cidade.

E os olhares de seus cidadãos, que criam nos espaços da cidade, a sua própria cidade, uma cidade particular. E o que dizer dos poetas e artistas, que expressam em suas obras, alegorias de uma cidade de

sonhos.

Num sentido ontológico, acredita-se, o homem tem buscado nessas metáforas a cidade ideal. Mas, na *práxis*, percebe-se, o homem vai expressando na cidade, signos que traduzam, na cidade concreta, a cidade ideal.

A cidade ideal, imaginada por filósofos, estudiosos desta, urbanistas, arquitetos entre tantos outros, não se harmoniza com as condições empíricas da cidade real. Os modelos apresentados por alguns destes, da *Utopia* de Thomas Morus a *Cidade-Jardim* de Ebenezer Howard objetivam criar no espaço urbano, valores estéticos e éticos na sociabilidade humana.

Difícil, estabelecer na prática uma cidade com esse perfil. Nem mesmo o modelo de cidade-jardim, com todas diretrizes estabelecidas na sua estrutura política-administrativa e urbana conseguiu se safar diante das adversidades da realidade urbana.

Pressupõe-se que não existe a cidade ideal, o que existe é a cidade concreta, real, que se reconstrói na representação social de seus habitantes como um modelo de cidade ideal. É nesta perspectiva, que se analisa do espaço urbano da cidade de Maringá, localizada no norte do Paraná.

A Expansão do Espaço Urbano

Na cidade, o homem cria seus espaços de convergências e de conflitos, retrata nestes, seus anseios, e dessa forma expande sua malha urbana. Nos quinhentos anos de expansão e existência do território brasileiro, o século XX representa, sem dúvida, o período histórico em que houve a maior transformação territorial. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), no ano de 1900, a população urbana no país era de apenas 9,40%; em 2000, este quadro passou a ser de 81,23%. É claro que, ao lado dessa mudança, também ocorreu a transformação econômica, política, social e cultural.

Os dados do IBGE, de 2000, mostram que a transformação no país foi acelerada na década de 70 a 90, pela expansão da economia favorecida pelo processo de industrialização. Nesse processo, as áreas urbanas passaram a ser o centro e a convergência para a ascensão econômica e social da população.

Por outro lado, essas áreas foram ocupadas de maneira desordenada e sem a preocupação do poder público com a implantação de infra-estrutura, necessária principalmente em saneamento básico, e na preservação da natureza. Sabe-se que as áreas ambientalmente frágeis como, por exemplo, áreas de encostas, fundos de vale, alagadiças, e de mananciais foram ocupadas, inclusive, com a convivência do poder público.

Com a desaceleração da economia a partir de 90 do século XX, a situação nas áreas urbanas piorou. Ao lado de problemas sociais relacionados à ausência de infra-estrutura adequada, surgiram os impactos ambientais que, juntos, formaram o que se pode chamar de degradação socioambiental. Desta forma, a maior parte das cidades brasileiras apresenta hoje, no século XXI, o espaço urbano dividido em duas áreas; uma, com a população economicamente abastada, vivendo com infra-estrutura urbana satisfatória, e outra, a população de baixa renda, vivendo em áreas com maior densidade populacional, sem infra-estrutura e, muitas vezes, estabelecidas em áreas ambientalmente frágeis.

Este quadro social e territorial, tão comum entre as cidades brasileiras¹, é demonstrado em muitos estudos que tentam apontar indicadores para solucionar problemas de muitas populações como: enchentes, esgotos a céu aberto, erosão, poluição de águas, entre outros. Quase todos os estudos indicam a necessidade de implantação de medidas governamentais para melhorar as condições do espaço urbano e de seus habitantes, tal como se observa no Estatuto da Cidade.

Desta forma, entende-se que para compreender e explicar a cidade é preciso, antes de tudo, conceber as instituições políticas e civis, representada por seus atores sociais como pilares na base da organização e desenvolvimento da sociedade e de seu espaço físico. Pois, a cidade é o resultado coletivo de um povo, nela estão impressos sua história, sua cultura, suas relações sociais, políticas, econômicas, suas crenças e seus valores. Onde o espaço urbano é o espaço fragmentado e articulado em práticas sociais de locação

1 Ver o estudo de BREMAEKER, François E. *O papel do município na política habitacional*. Rio de Janeiro: Sereis Estudos Especiais n.32, IBAMA, junho de 2001, no qual o autor faz um levantamento com bases dos dados apresentados pelo IBGE, da favelização das cidades brasileiras.

e re-locação espaciais, frutos de um produto social acumulado no tempo.

O Espaço Urbano de Maringá

A formação da cidade de Maringá teve dois interesses econômicos impulsionando-a: um projeto agro-exportador e um projeto colonizador. Para concretizar a cidade, a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, após a sua venda passa a ser a Companhia Melhoramento Norte do Paraná – contratou os serviços do escritório da *Companhia City de São Paulo* que já elaborava os projetos dos bairros de São Paulo. O projeto foi elaborado por Jorge de Macedo Vieira, engenheiro da *Companhia City de São Paulo*. Assim, nasceu a cidade de Maringá, atendendo ao modelo agro-colonizador, ou seja, junto ao projeto urbanístico, havia uma proposta política e econômica para seu desenvolvimento¹.

Debruçar-se sobre a cidade de Maringá significou olhar a cidade além de sua arborização, quase sempre florida, constituiu-se em um processo cognitivo de apreender sua funcionalidade, estrutura, representações, contradições, problemas na trajetória de seu tempo registrado em seus espaços naturais construídos e sua urbanidade, tempo/espaço, historiado na memória de seu povo, de seus documentos, de suas ruas, edificações, praças, parques, córregos.

Observa-se que a cidade de Maringá foi construída entre a destruição e a reconstrução de sua natureza formando um espaço urbano, onde hoje as árvores traduzem uma representação social de “cidade ecológica” e o seu traçado urbanístico simboliza a modernidade. E esses vestígios, registrados em seus símbolos e na memória coletiva de seus cidadãos, permitiram elaborar um outro olhar sobre essa cidade.

O homem como ser social comunga com o espaço e com o tempo seu caminho na natureza e na história e, como ser histórico e social, apropria-se da natureza para suprir sua existência e produzir e reproduzir o capital, suscitando um cadinho de relações sócio-econômicas e políticas. Mas é na apropriação da terra que o homem estabelece seu *habitat* mais sofisticado: a cidade, pautada em relações de trabalho, produção, consumo, organização social, econômica, política, administrativa, cultural.

A proposta contínua de acordar um traçado urbanístico moderno urbano com a natureza – ou com o que sobrou dela na região – foi o princípio estabelecido pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP que resultou na criação de uma cidade inspirada no modelo da cidade-jardim de Ebenezer Howard.

Os núcleos urbanos destinados a se transformar em sedes locais obedeceriam a uma distância de aproximadamente cem quilômetros entre si, intercalados pelos chamados patrimônios, que seriam pequenos centros comerciais e abastecedores. Neste sentido, a CMNP fundou quatro núcleos na região norte e oeste do Paraná: Londrina (1930-1934), Maringá (1947-1951), Cianorte (1953-1955) e Umuarama (1955-1960) (CMNP, 1975).

Não se pode afirmar, categoricamente, que a cidade de Maringá, efetivamente, tenha sido uma cidade-jardim, tal qual pensara Howard. Por sinal, nenhuma cidade implantada em vários países, objetivamente, seguiu a risca à proposta de Howard, mas não resta dúvida que seu projeto foi inspiração para vários arquitetos e engenheiros urbanos.

Comparando o projeto de Howard, com o projetado para Maringá, pode-se afirmar que uma das destinações essenciais está na espacialização dos núcleos urbanos. Para o urbanista inglês, a cidade-jardim teria um traçado circular e, em sua órbita, mais seis outros pequenos núcleos urbanos.

O projeto estabelecido pelo engenheiro Jorge Macedo de Vieira obedecia a um traçado linear leste/oeste, acompanhando o espigão do relevo e o trajeto da ferrovia. E, conforme, os planos da Companhia, outros sítios urbanos foram implementados por esta como: 62 núcleos urbanos denominados de patrimônio, 9 distritos, 18 sede de municípios, que acompanhavam o traçado da linha férrea na distribuição linear das cidades. Tal dispersão espacial fazia sentido para a Companhia, pois era um facilitador no escoamento da produção do café, tanto para o Porto de Paranaguá, como para o Porto de Santos, via Ourinhos-SP.

Um outro diferencial está na sua concepção utilitária da cidade-jardim, pois a proposta de Howard era de

1 STECA, Lucinéa C.; FLORES, Mariléia, D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: UEL, 2002, traduz de forma objetiva alguns fatos ligados à história do Brasil e a história do Paraná, revelando os interesses políticos e econômicos do país em colonizar e desenvolver as regiões oeste e norte do Paraná, como ainda os conflitos de terras gerados.

uma alternativa para desafogar a cidade de Londres, congestionada pelo contingente populacional. No caso da região norte do Paraná, esse problema não existia, pelo contrário, a Companhia gera uma intensa propaganda da fertilidade do solo, da oportunidade de enriquecimento, e da qualidade do sítio urbano, como forma de atrair uma população fixa de moradores, investidores, e de trabalhadores sazonais no plantio e colheita do café, principal produto da época. Outra diferença está na visão político-administrativa da cidade-jardim, segundo Howard, seria de uma gestão autônoma e comunitária e, no caso de Maringá, esta se dá no plano político-administrativo vigente no Brasil.

Atualmente o impulso de preservar a natureza, melhorar a qualidade de vida nas cidades se encontra cada vez mais presente no discurso e nas ações da sociedade política e civil. Mas, por trás de todas essas intenções, pode-se dizer que pouco se faz na prática. A pujança dos interesses individuais, políticos e econômicos se aliam ao favorecimento da reprodução do capital.

Essa é uma realidade presente, na cidade de Maringá, Desde o início de seu assentamento, os interesses econômicos da CMNP em implantar um projeto de cidade, foi devastador da fauna e flora e de sua população de índios e posseiros que, na época, ali habitavam, e segregador, na medida em que já inicia a cidade delimitando, em seu projeto, as áreas a serem povoadas e por quem.

Mais uma vez, essa prática e realidade ainda se fazem presente. Apesar da cidade de Maringá hoje se valer em sua estrutura urbana de uma paisagem arborizada e de propagar um discurso de “cidade verde” é visível em seu sítio urbano a agressão ao meio ambiente na falta de um planejamento e manejo para suas áreas arborizadas.

Considerações Finais

A cidade de Maringá tem em seu primórdio, na terra roxa e fértil, o signo do “Eldorado” cuja representação social é a da pujança, da riqueza. Consolida-se como uma cidade moderna, desenvolvimentista, geradora de riquezas. Sua malha urbana aliada a uma arrojada arquitetura permitiu mais uma vez se criar signos que a definissem: a “cidade canção”, pois, conseguia manter o progresso embalado pelo encantamento harmonioso de seu traçado urbano. A Maringá, contemporânea, tem na árvore o signo que a caracteriza como a “cidade ecológica” a “cidade verde” e se faz representar como um espaço urbano harmonioso, livre dos problemas socioambientais.

Percebe-se que, seus Gestores sempre procuraram exprimir nesses *slogans*, signos representativos de uma imagem atrativa e de fato, esses signos conseguem imprimir uma representação social entre seus cidadãos convincente, na medida em que o discurso é absolvido e reproduzido nestes. Por outro lado, também tem respaldo no público a que se destina: os investidores, fato este facilmente comprovado pelos indicadores de investimentos na cidade.

Nessa perspectiva, a cidade de Maringá, agrega processos de segregação espacial e exclusão social. Aliás, estes são fenômenos característicos desde a sua fundação, pois, é bom lembrar o modo como foi segmentado o espaço urbano na venda dos lotes pela Companhia colonizadora, e no início de sua implantação. E que hoje, ainda é uma realidade, constatada em outros mecanismos mais sutis como: o alto custo do solo urbano; ausência de políticas habitacionais que possam atender segmentos carentes da população; precária infra-estrutura nos bairros periféricos; elevados custos nos serviços; repressão aos mecanismos de acesso ao solo e produção de moradias ilegais, entre outros.

Neste contexto, o espaço urbano da cidade de Maringá é, hoje, similar à de qualquer outro espaço urbano de seu porte, construído historicamente, sob o jugo das ações e intervenções, de seus Gestores e de seus cidadãos. E, neste sentido, portadora dos impactos ao meio ambiente natural e construído.

Assim é Maringá, uma cidade peculiar: surgida de um espaço físico que foi devastado para, depois, ser reconstruído com objetivos estruturados e definidos a fim de atender interesses políticos e econômicos expansionistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *A Política*. 2.ed. 3.tiragem São Paulo: Martins Fontes, 2000

CMNP. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramento Norte de Paraná. São Paulo: [s.e.], 1975.

HOWARD, E. *Cidades-Jardins de Amanhã*. 2.ed. São Paulo: Annablume-Hucitec, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: 2000.

MORUS, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PLATÃO. *A República*. 9.ed. Trad. e Nota. M. Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.